





TCE EM PAUTA

JANEIRO E FEVEREIRO / 2019 NATAL/RN





Página 03

DIRETRIZES DA NOVA GESTÃO

Em reunião com a equipe de Planejamento Estratégico e novos diretores, foram definidas as prioridades da gestão: o foco será a atuação preventiva.

VEJA O PERFIL DA NOVA EQUIPE

Páginas 04 E 05

LEVANTAMENTO SOBRE OBRAS PARALISADAS

OLIMPÍADAS DOS TCE'S NO AMAZONAS



O ASCENSORISTA E O BANDOLIM

Página 12



SERVIDORES REALIZAM PALESTRAS NO FÓRUM NACIONAL DE AUDITORIA

A secretária de controle externo do TCE/RN Anne Costa Carvalho, e o Auditor de controle externo Cleyton Barbosa, participaram do Fórum Nacional de Auditoria, realizado no Tribunal de Contas do Estado do Pará em Belém/PA. O Fórum, uma iniciativa do Instituto Rui Barbosa, tem como objetivo capacitar os servidores dos Tribunais de Contas de todo o Brasil na utilização das Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP), aplicadas nos trabalhos de fiscalização.

Os técnicos apresentaram estudos de caso sobre as alternativas para a melhoria e a efetividade das auditorias. A Secretaria Anne Carvalho apresentou a sistemática do Plano de Fiscalização Anual (PFA) à luz das Normas Brasileiras de Auditoria, abordando os passos de realização do plano de fiscalização anual do Tribunal de Contas Potiguar.

Já Cleyton Barbosa ministrou a palestra "Auditoria passo a passo" e apresentou um estudo de caso sobre o acompanhamento da gestão fiscal do Estado com foco na NBASPm200, que trata de auditoria financeira, experiência que recebeu destaque do Instituto Rui Barbosa.



MPC

Thiago Martins Guterres é o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas para o biênio 2019/2020. Ele assume o cargo pela segunda vez, desta feita em substituição ao procurador Ricart César Coelho.



PERSONALIDADES HOMENAGEADAS

O TCE/RN entregou a Medalha do Mérito Governador Dinarte Mariz, que homenageia pessoas que deram relevantes contribuições para o desenvolvimento do Estado. Além da comenda, foi feito o lançamento de mais uma edição da Revista do TCE, que traz um perfil do escritor e sertanista Oswaldo Lamartine

Este ano, foram agraciadas as seguintes personalidades: Albert Dickson de Lima, deputado estadual; Anne Emília Costa Carvalho, secretária de Controle Externo do TCE; Antonio Gentil de Souza, empresário; Carlos Roberto Galvão Barros, procurador de Contas; a Casa Durval Paiva, instituição que atende crianças com câncer; Estefânia Ferreira de Souza de Viveiros, advogada; Glauver Antônio Nunes Rêgo, desembargador e presidente do Tribunal Regional Eleitoral; Cortez Pereira (in memoriam, ex-governador; José Rêgo Junior, desembargador do TRT; Luciana Ribeiro Campos, procuradora de Contas; e Sebastião Carlos Ranna de Macedo, conselheiro do TCE do Espírito Santo.

A conselheira-substituta Ana Paula de Oliveira Gomes fez o discurso de homenagem em nome do TCE. O desembargador do TRT, José Rêgo Júnior, fez a saudação em nome dos homenageados. No final, foi feito o lançamento da Revista do TCE, que este ano traz uma homenagem ao sertanista Oswaldo Lamartine. O escritor foi uma das mais proeminentes vozes acerca da vivência do sertanejo. O jornalista Vicente Serejo foi o responsável por apresentar o homenageado pela Revista do TCE ao público.

PARCERIA

O consultor jurídico do Tribunal de Contas do Estado, Vinicius Araújo, e o procurador-geral do Estado, Luiz Antônio Marinho da Silva, tiveram uma reunião buscando desenvolver ações conjuntas entre os dois órgãos. A proposta é desenvolver estratégias de atuação em processos prioritários e ações conjunta visan-

do à efetividade das decisões proferidas no

Participaram ainda da reunião os coordenadores do contencioso e da área jurisdicional do TCE, respectivamente Flávio Cordeiro e Ronald Morais, e a chefe de gabinete da PGE, Ana Carolina Monte.

HORÁRIO DAS SESSÕES

A realização das sessões está sujeita ao calendário de feriados e recessos



1a CÂMARA quintas-feiras | 9h

2ª CÂMARA terças-feiras | 9h

PLENO terças e quintas | 10h30min

SÍNTESE ORGANIZACIONAL

CONSELHEIRO PRESIDENTE
Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior
CONSELHEIRAVICE-PRESIDENTE
Maria Adélia de Arruda Sales Sousa
CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 1º CÂMARA
Paulo Roberto Chaves Alves
CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 2º CÂMARA
Renato Costa Dias
CONSELHEIRO CORREGEDOR
Antônio Gilberto de Oliveira Jales
CONSELHEIRO OUVIDOR
Carlos Thompson Costa Fernandes
CONSELHEIRO DIRETOR DA ESCOLA DE CONTAS
PROFESSOR SEVERINO LOPES DE OLIVIEIRA
Tarcísio Costa

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS Marco Antônio de Morais Rêgo Montenegro Antonio Ed Souza Santana Ana Paula de Oliveira Gomes

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL Jaime Mariz de Faria Neto SECRETÁRIA DE CONTROLE EXTERNO Anne Emília Costa Carvalho CONSULTORA JURÍDICA Vinícius Araújo da Silva CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA Carlos Eduardo Jales Costa

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE Procurador-Geral Thiago Martins Guterres

PROCURADORES Luciano Silva Costa Ramos Carlos Roberto Galvão Barros Luciana Ribeiro Campos Othon Moreno de Medeiros Alves Ricart César Coelho dos Santos

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Av. Getúlio Vargas, 690 – Petrópolis -Natal/RN CEP. 59.012-360 | Telefone: (84) 3642-7278 Site: www.tce.rn.gov.br | E-mail: tce-ccs@rn.gov.br Facebook.com/tcedorn / Twitter: TCE_RN

EXPEDIENTE

ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL: Viktor Vidal EDITOR:
Eugênio Parcelle da Silva REPORTAGEM: Isaac Lira / Galdina PRODUÇÃO: Fátima Moraes PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: Fernando Souza FOTOGRAFIAS: Jorge Filho / PEXELS / Galdina

IMPRESSÃO:

Tavares&Tavares Empreendimentos Comerciais Ltda

- Av. Getúlio Vargas, 690 Petrópolis - Natal/M CEP 59012-360
- **4** 84 3642 7278
- tce.rn.govbr
- ascomtcern@gmail.com
- f tcedorn
- tce_rn



FOCO NA ATUAÇÃO PREVENTIVA

O presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Poti Júnior, definiu como uma das prioridades da sua gestão a busca pela atuação preventiva. No discurso de posse, para um mandato englobando o biênio 2019/2020, enfatizou que o TCE deixará de fazer necrópsia para passar a fazer biópsia, trabalhando como corpo vivo no presente contexto, antecipando-se ao fato administrativo concomitante às ocorrências do fato jurídico viciado pela ilicitude. "Trata-se de assinalar um marco divisor importante na trajetória da instituição, prospectando a implementação de nova filosofia de ação preventiva na proteção do patrimônio público, como superação das medidas de controle meramente corretivo e de difícil recomposição do erário", destacou.

O conselheiro Poti Júnior destacou o diálogo como uma das principais ferramentas da administração pública. "Considero fundamental preservar e estimular a prática do diálogo – com a máxima participação possível – definindo as prioridades que cada momento haverá de requerer, sempre atento ao clamor social por transparência, rigor e moralidade no efetivo controle dos recursos públicos", acrescentou. O diálogo também será a marca na relação com os servidores da Corte de Contas. "Na relação com os servidores, com quem manteremos diálogo aberto, pretendo implantar um programa voltado à qualidade de vida e ao de-



Presidente do TCE em reunião com a equipe do Planejamento Estratégico e novos diretores

senvolvimento das capacidades individuais, pois o bem-querer é o segredo para realizar, com maior perfeição, o trabalho cotidiano de administrar esta Corte", disse.

Na cerimônia a conselheira Maria Adélia Sales tomou posse como vice-presidente da Corte de Contas. Também foram empossados os conselheiros Paulo Roberto Chaves Alves como presidente da 1ª Câmara de Contas; Renato Dias na presidência da 2ª Câmara; Tarcísio Costa, diretor da Escola de Contas; Carlos Thompson Costa Fernandes como ouvidor do TCE e Gilberto Jales como corregedor.

Estiveram presentes na solenidade a senadora e governadora eleita, Fátima Bezerra, o vice-governador, Fábio Dantas, o presidente da Assembleia Legislativa do RN, deputado estadual Ezequiel Ferreira, o presidente eleito do Tribunal de Justiça do RN, desembargador João Rebouças, os deputados federais Walter Alves e Rafael Motta e o deputado federal eleito Benes Leocádio, os deputados estaduais Albert Dickson e Larissa Rosado, a prefeita de Mossoró, Rosalba Ciarlini, o juiz federal Ivan Lira, o presidente da Atricon, Fábio Filgueiras, entre outras autoridades.

DIRETRIZES

Considerando a necessidade de implementar as ações necessárias ao cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Estratégico do Tribunal de Contas do Estado, observando a necessidade de definir prioridades para o alcance efetivo destes objetivos institucionais traçados, foi aprovado o Plano de Diretrizes do Tribunal de Contas do Estado para o exercício de 2019-2020.

As unidades responsáveis por ações previstas no plano devem promover sua execução sob a coordenação e monitoramento da Assessoria de Planejamento e Gestão, observando o desdobramento das ações em etapas, tais como projetos e atividades, e a fixação dos prazos de início e término para implementação de cada etapa.

A Assessoria de Planejamento e Gestão, com a colaboração das unidades diretamente envolvidas na execução das ações contidas no plano, deve promover o monitoramento dos resultados alcançados e a implementação das medidas previstas, preferencialmente por meio de reuniões com periodicidade mensal.

O Plano de Diretrizes poderá ser revisto a partir do final do primeiro quadrimestre do exercício, caso haja a superveniência de fato que justifique a necessidade de ajustes.

As informações para efeito de aferição do grau de alcance das ações devem ser extraídas das bases de dados do Sistema de Apoio ao Planejamento Estratégico do TCE/RN, assim compreendidos os Sistemas Channel e de Processos.



- 1 | Atuar de forma concomitante e seletiva (Áreas de risco, relevância e materialidade)
- 2 | Aprimorar a gestão do TCE visando resultados (Alcance de resultados através da definição de metas)
- 3 | Aprimorar o desempenho profissional e gerencial (Oportunidades de capacitação, satisfação dos servidores)
- 4 | Otimizar a aplicação de recursos do TCE-RN (Aferir o retorno à sociedade das ações de controle externo do TCE/ RN).





PERFIL DA NOVA EQUIPE

Secretário de Administração Geral

JAIME MARIZ DE FARIA NETO

Bacharel no Curso de Direito pela Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN – FARN. Tem pós-graduação na Fundação Escola Superior do Ministério Público – FESMP – Diploma de Especialista em Direito Público (Direito, Ministério Público e Cidadania) – 2005/2006. Especialização em Direito Público pela Universidade de Anhanguera/SP – 2011/2012. Foi coordenador da Corregedoria (2015-2016) e Chefe de Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado (2012 e 2014).

Consultoria Jurídica

VINÍCIUS ARAÚJO DA SILVA

Bacharel em Direito pela UNI-RN. É Consultor Jurídico do Tribunal de Contas do RN desde 2013. Especialista em Ciências Penais e Direito Constitucional.

Chefe de Gabinete da Presidência CARLOS EDUARDO JALES COSTA

Bacharel em Direito. Foi coordenador da Assessoria Jurídica da Secretaria Estadual de Saúde; secretário adjunto da Secretaria da Justiça do Rio Grande do Norte; coordenador da Assessoria Jurídica da Companhia de Processamento de Dados do Estado; consultor geral da Consultoria jurídica do TCE e assessor do gabinete do conselheiro Tarcísio Costa.

Assessoria de Comunicação Social VIKTOR MÁRCIO BRUNO VIDAL

Assessor de Comunicação Social do Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) desde 2015. Graduado em Jornalismo (UnP). Foi repórter do jornal Tribuna do Norte. Exerceu as funções de repórter, chefe de reportagem e editor de Política no Diário de Natal. Participou da formatação do Novo Jornal, onde atuou como chefe de reportagem e editor de Política. Integrou a equipe de Assessoria de Comunicação do Governo do Estado do RN.

Secretaria de Controle Externo

ANNE EMÍLIA COSTA CARVALHO

Bacharela, Mestre e Doutora em Administração pela UFRN, onde é professora adjunta do Departamento de Ciências Administrativas. Atua, desde junho de 2012, como Auditora de Controle Externo do TCE-RN. Exerceu o cargo de Diretora de Administração Direta no biênio 2015-2016. Integrou a Assessoria Técnica da Secretaria de Estado da Saúde Pública (SESAP-RN) e exerceu a função de Assessora de Gestão Empresarial da CAERN. Representou a Companhia no Conselho Municipal de Saneamento Básico de Natal (COMSAB) e nas Câmaras Técnicas de Gestão Empresarial e Regulação da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (AESBE). É secretária de Controle Externo do TCE desde 2017.

Diretoria de Despesa de Pessoal (DDP)VICTOR RAFAEL FERNANDES ALVES

Auditor de Controle Externo do TCE-RN desde 2012. Doutor em Ciências Jurídicas pela UFPB (2015) e Mestre em Direito Constitucional pela UFRN (2012). Possui graduação em Bacharelado em Direito pela UFRN (2008) e graduação em Tecnologia em Meio Ambiente pelo IFRN (2007). É professor da Escola de Contas Severino Lopes de Oliveira, da Pós-Graduação no Instituto do Legislativo Potiguar e da Pós-Graduação na Universidade Potiguar.

Diretoria de Adm. Direta (DAD)EVANDRO ALEXANDRE RAQUEL

Auditor de Controle Externo do TCE/RN. Tem graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Especialização em Gestão Pública pela UFRN. Foi Técnico do Ministério Público Estadual, onde atuou como Chefe do Setor de Execução Orçamentária e Financeira, com função de executar e orientar equipe na realização de tarefas relacionadas à execução da despesa pública.

Diretoria de Adm. Municipal (DAM) LUÍS EDUARDO F. LIRA DA SILVA

Bacharel em Administração e Direito pela UFRN. Tem Especialização em Direito Empresarial pela UNIDERP. É Auditor de Controle Externo do TCE/RN desde janeiro de 2001.



Diretoria de Adm. Indireta (DAI)

GUDSON BARBALHO DO NASCIMENTO LEÃO

Bacharel em Direito pela UFRN, graduado em Tecnologia em Gestão Ambiental pelo IFRN, especialista em Direito Administrativo e Gestão Pública pela UnP e Mestre em Direito pela UFRN. Ingressou no TCE como Inspetor de Controle Externo, atualmente exerce o cargo de Assessor Técnico Jurídico. No biênio 2016-2017, foi lotado na Ouvidoria de Contas, onde desempenhou as atribuições de Coordenador, assessorando o Conselheiro Ouvidor Renato Costa Dias nas demandas relacionadas à Ouvidoria.

Diretoria de Atos Execuções (DAE)

EDUARDO FELIPE BORGES CARNEIRO

Bacharel em Direito (UnP). Foi Agente Judiciário de Proteção da 1ª Vara da Infância e da Juventude de Natal/RN (2000-2004). É Analista de Controle Externo do Quadro de Servidores Efetivos do TCE/RN, no qual já exerceu o cargo de Assessor de Gabinete do Conselheiro Paulo Roberto Chaves Alves (2004-2012), com atuação na 1ª e 2ª Câmara de Contas, bem como na Presidência da Corte de Contas. Exerce o cargo de Diretor de Atos e Execuções do TCE-RN desde janeiro de 2013.

Diretoria de Atos de Pessoal

SHEYLA YUSK CUNHA NELSON DOS SANTOS CAVALCANTI DA ROCHA

Consultora Jurídica do TCE/RN desde 2012. Graduada em Direito (UFRN), pós-graduada em Direito Previdenciário (UCAM), em Direito Processual Civil (UNISUL) e em Direito Público (FESMP/RN). No TCE/RN, atuou como Assessora de Gabinete do Conselheiro Substituto Dr. Cláudio Emerenciano (2012-2014) e do Conselheiro Dr. Gilberto Jales (2015-2016), funcionou como Coordenadora de Atos de Pessoal (2017-2018), integrou a Comissão Permanente de Jurisprudência do TCE/RN (2018) e preside a Comissão de Ética dos Servidores do TCE/RN (2017-2019).

Inspetoria de Controle Externo

FRANCISCO MARCELO A. DE QUEIROZ

Graduado em Engenharia Civil (UFRN). Trabalhou como engenheiro na empresas RJ Fundações Ltda; Foi gerente de Operação e Manutenção do Sistema de Distribuição de Gás Natural e Gerente Técnico na Companhia Potiguar de Gás (Potigás). Também exerceu os cargos de Engenheiro de Construção e Montagem e Gerente de Obras nas empresas Quantra Petróleo SA e Forma Empreendimento Ltda. É Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas desde 2011.

Coordenador da Assessoria de Planejamento e Gestão

CÉSAR GLÁUCIO R. TORQUATO

Bacharel em Direito (UERN) e pós-graduado em Desenvolvimento Sustentável (UERN e Universidade de Quebec - Canadá). Tem MBA em Planejamento e Gestão Estratégica (Uninter). É instrutor da Escola de Contas Professor Severino Lopes de Oliveira, nas áreas de Planejamento Estratégico, Procedimentos de Protocolo e Processo Administrativo. Coordenou a elaboração do Manual dos Atos Oficiais do TCE-RN. Facilitador/Instrutor na implantação do Planejamento Estratégico dos TCE-RN, TCM-RJ, TCE-AC, TCE-RR,TCE-RO, TCE-SE, do Conselho Regional de Administração do RN e da Controladoria Geral do Acre.

Diretoria de Expediente (DE)

MICHELY GOMES DE A. TINÔCO

Tecnóloga Executiva (UnP) e pós-graduada em Gestão Gastronômica (UERN). Foi chefe de Material e Patrimônio no Ministério Público Estadual, diretora Administrativa da UNICAT, assessora parlamentar na Assembleia Legislativa. No TCE-RN, ocupou os cargos de assessora do Gabinete do Conselheiro Valério Mesquita, chefe de Gabinete da Presidência, secretária do Controle Externo e diretora da Administração Direta.

Ouvidoria

MARISE MAGALY QUEIROZ ROCHA

Bacharela em Ciências Contábeis (UFRN); Mestra em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (UnB); pós-graduada em Auditoria pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em Controladoria (UFRN) e em Auditoria Governamental (UFRN); concluiu MBA em Gestão de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Membro da Academia Norte-Rio-Grandense de Ciências Contábeis. Professora da UFRN na graduação e na pós-graduação e do Centro Universitário do RN (UNI-RN) na pós-graduação. É instrutora da Escola de Contas e titular do cargo efetivo de Auditora de Controle Externo do TCE/RN. Foi Secretária Geral desta Corte de Contas no biênio 2015/2016, Coordenou a Corregedoria no biênio 2017/2018.

Escola de Contas Prof. Severino Lopes de Oliveira

MARLÚSIA DE SOUZA SALDANHA

Professora (aposentada) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Graduada em Serviço Social, possui Especialização em: Planejamento e Administração de Programas de Bem Estar Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); em Planejamento da Educação e Desenvolvimento de Comunidades pela Universidade da Califórnia, Berkeley EUA e em Desenvolvimento Organizacional pela Universidade Estadual de Kent - EUA. Foi Pró- Reitora de Planejamento da UFRN, Secretária de Estado e Consultora da ONU em Projetos de Formação de Formadores para as eleições gerais em países da África.

Diretoria de Administração Geral RICARDO HENRIQUE DA S. CÂMARA

Graduado em Engenharia de Computação (UFRN). Servidor de carreira do Ministério Público do RN. No TCE/RN, integrou o corpo técnico da Diretoria de Informática (2002-2014). Também atuou como Pregoeiro (2010-2016), Membro da Comissão Permanente de Licitação (2008-2014) e Membro da Comissão Especial de Licitação vinculada ao PROMOEX (Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo). Atuou à frente da gestão e fiscalização de contratos administrativos vinculados à Diretoria de Informática (2008-2013). Foi diretor de Expediente (2015-2016) e secretário de Administração Geral (2017-2018).

Diretora da Secretaria das Sessões TERESA CRISTINA R. NASCIMENTO

Bacharela em Estatística (UFRN) e Administração (UFRN), graduada em Secretariado Executivo (CETREDE-CE) e pósgraduada em Organização & Métodos – Bozz & Allen do Brasil (ABDE/BDRN) e em Gestão Pública e em Auditoria Governamental (UFRN). É titular do cargo efetivo de Analista de Controle Externo do TCE-RN, no qual já exercia o cargo de Diretora da Secretaria das Sessões.

Diretoria de Informática (DIN)

VINÍCIUS JOSÉ TOSCANO MIRANDA DE BRITO FILHO

Bacharel em Ciências da Computação pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Pós-Graduado em Gestão de Redes Coorporativas pela Faculdade Santa Maria - FSM, Pós-Graduado no MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, possui Certificações internacionais em Gerenciamento de Serviços de TI - ITIL pela EXIN e em Gestão de Projetos - PMP pelo PMI.

Corregedoria

TERESA CRISTINA DIAS DIÓGENES

Bacharela em Direito (UERN). Tem Especializações em "Ministério Público, Direito e Cidadania" e Curso de Aperfeiçoamento na Área de Direito Público pela Fundação Escola Superior do Ministério Público – FESMP/RN; "Gestão Pública" pelo Instituto do Legislativo Potiguar, da Assembleia Legislativa do RN; "Gestão e Planejamento Financeiro no Setor Público" pela Escola da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (atual). Exerceu cargos de Assistente Ministerial do Ministério Público do RN e Técnico de Nível Superior da UERN.



ÍNDICE DE EFETIVIDADE APONTA MELHORA NA QUALIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS DOS MUNICÍPIOS DO RN

O Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), divulgado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) mostra que 31 municípios potiguares apresentaram uma melhoria na qualidade das políticas públicas entre 2016 e 2017. Os municípios saíram da faixa de "baixa adequação" para a faixa "em fase de adequação". Os resultados foram apresentados no final da gestão do presidente Gilberto Jales, ocasião em que também foi apresentado o projeto piloto do Índice de Efetividade da Gestão Estadual (IEGE), aplicado pela primeira vez pelos tribunais de contas do Brasil.

A evolução dos entes públicos é, segundo o diretor de Administração Direta do TCE, Cleyton Barbosa, um dos efeitos advindos da própria aplicação do Índice. Com a sistematização e o conhecimento dos resultados por parte dos gestores, espera-se que a qualidade das políticas públicas aumente. Este ano foi a primeira vez que a Corte de Contas validou *in loco* todos os dados enviados pelos municípios para a validação do IEGM.

Para o conselheiro Gilberto Jales, o IEGM e o IEGE são ferramentas que possibilitam medir a qualidade e a efetividade das políticas públicas. "Não adianta dizer que o ente público cumpriu o investimento mínimo de 12% em saúde e 25% em educação se além dessa formalidade o recurso investido não tiver gerado um serviço público de qualidade lá na ponta, no atendimento ao cidadão", exemplificou.

Os municípios potiguares atingiram em média o índice "em fase de adequação". Segundo os dados do IEGM, apresentado pelo diretor de Administração Municipal (DAM), Aleson Amaral, oito municípios conseguiram demonstrar uma gestão pública "efetiva". São eles: Guamaré, Lajes, Martins, Riacho da Cruz, Rodolfo Fernandes, Santa Cruz, São Gonçalo do Amarante e São Paulo do Potengi. Foram 56 municípios considerados como em "baixo nível de adequação" e 103 como "em fase de adequação".

Natal foi avaliada como "em fase de adequação", o mesmo índice obtido no ano anterior. Assim como a capital potiguar, Mossoró foi considerada "em fase de adequação", contudo isso significa um avanço, já que no ano anterior a faixa alcançada foi de "baixa efetividade". Na Região Metropolitana de Natal, a única cidade com índice "efetivo" foi São Gonçalo do Amarante. As informações completas sobre o IEGM podem ser acessadas no link: https://iegm.tce.rn.gov.br/#/

O Índice de Efetividade é uma ferramenta criada em 2016 que sistematiza informações em sete áreas da gestão pública (Educação, Saúde, Planejamento, Gestão Fiscal, Meio Ambiente, Cidades protegidas, Governança em Tecnologia da Informação) e tem como objetivo avaliar a qualidade e a efetividade das políticas públicas nos estados e municípios por meio de informações obtidas com os gestores e dos dados das prestações de contas dos governos.

O TCE também produziu, de forma pioneira, o Índice de Efetividade da Gestão Estadual. A primeira aplicação do índice foio realizada no formato de autoavaliação. Os dados não são validados presencialmente pelos técnicos da Corte de Contas. A partir das próximas edições, os dados do Estado também serão validados e poderão ser comparados com os resultados dos demais estados brasileiros.

De acordo com os dados enviados pelo Governo ao Tribunal de Contas, a gestão estadual se posiciona como "efetiva", ficando acima da média dos municípios do Estado. Os gestores estaduais avaliaram que o seu planejamento é "muito efetivo", enquanto que a gestão fiscal e a educação se consideram "efetivas". Saúde, segurança e meio ambiente se consideraram "em fase de adequação". Nenhuma área se considerou com "baixo nível de adequação".

ATRICON DEFINE DOZE NOVAS RESOLUÇÕES

A Atricon publicou doze novas Resoluções Diretrizes, aprovadas pela diretoria da entidade elevando para 26 as temáticas de orientação dos procedimentos de fiscalização e controle que baseiam o Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas.

A inclusão de novas temáticas é definida de modo alcançar as demandas da sociedade. No processo de elaboração das Resoluções Diretrizes foram envolvidas 11 comissões, integradas por membros e auditores de controle externo de todos os 33 Tribunais de Contas do Brasil.

O conjunto publicado contém orientações acerca das seguintes temáticas: Regimes Próprios de Previdência, Resíduos Sólidos, Mobilidade Urbana, Transparência, Segurança, Saúde, Recursos Hídricos, Gestão Fiscal, Gestão de Pessoas, Governança e Acompanhamento das Decisões. Além destas, foram contemplada as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público.

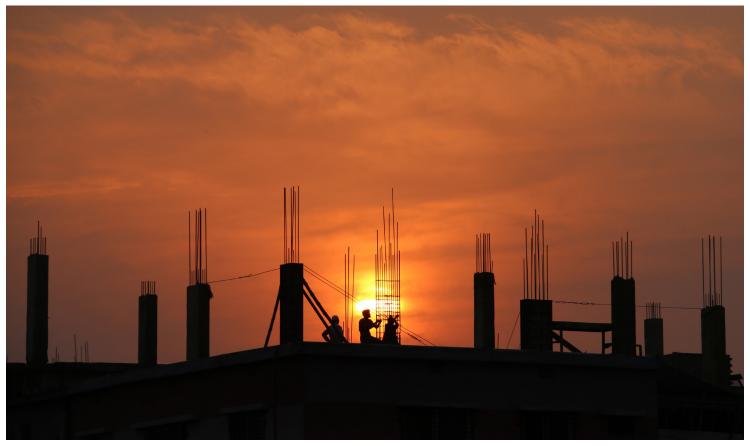
Os textos das Resoluções podem ser acessados no seguinte link: http://www.atricon.org.br/imprensa/desta-que/doze-resolucoes-diretrizes-ampliam-conjunto-de-normas-do-mmd-tc/



Indicadores foram apresentados aos representantes dos municípios durante encontro em Natal



LEVANTAMENTO APONTA OBRAS PARALISADAS NO RN



Parceria entre o Conselho Regional de Justiça e a Atricon vai possibilitar o acompanhamento de obras públicas

O Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) iniciou o levantamento para a produção de um diagnóstico sobre obras paralisadas no Rio Grande do Norte. Foram enviados 191 ofícios para gestores públicos a fim de obter do Estado e dos municípios informações acerca da existência de obras paradas no Estado.

O levantamento será realizado em todo o país pelos tribunais de contas, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil. O presidente do STF, ministro Dias Toffoli, solicitou, em outubro do ano passado, que as Cortes de Contas elaborassem o diagnóstico.

Os gestores públicos devem cadastrar as obras paradas existentes sob a sua responsabilidade através do link: https://goo.gl/forms/RXJx6sRl4mFP6Vb42. Só devem ser cadastradas as obras paradas com custo total acima de R\$ 1,5 milhão. O prazo para que os gestores respondam através do

formulário indicado é de 20 dias. Quem não responder estará sujeito a aplicação de multa, além de suspensão do fornecimento de Certidão de Adimplência do jurisdicionado junto ao TCE/RN.

O levantamento de obras paralisadas e inacabadas é uma das diretrizes do 'Diálogo Institucional' adotado pelo presidente Dias Toffoli para aproximar o STF dos demais órgãos da República. Segundo o presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Fábio Nogueira, que também participou da reunião, um cenário preliminar indica a existência de 15 mil obras paralisadas no país.

O TCE/RN realizou em 2017 um levantamento acerca de obras paralisadas no Rio Grande do Norte. A auditoria do TCE identificou um potencial dano de R\$ 308 milhões investidos em 313 obras paralisadas e inacabadas no Estado. Os dados integram um relatório sobre obras relevantes, com valores acima de R\$ 50 mil, que não foram

concluídas em 100 municípios do RN. Diante dos números, o Tribunal promoveu um seminário que reuniu representantes de diversos órgãos do setor de construção civil para tratar sobre o tema.

PESQUISA

O TCE/RN também está realizando um levantamento sobre gestão pública municipal em colaboração com um pesquisador do Massachusetts Institute of Technology (MIT), nos Estados Unidos, o qual ficará responsável pela análise dos dados e apresentação dos resultados ao TCE-RN e aos municípios.

O objetivo do levantamento é compreender melhor os desafios enfrentados pelos gestores municipais no Rio Grande do Norte, possibilitando que o gestor faça uma análise comparativa da sua gestão com a dos demais entes. Para tanto, será entregue um relatório a cada município com o resultado do levantamento.



AUDITORES FISCALIZAM ARENA DAS DUNAS EM AÇÃO COM O CREA-RN

Auditores do Controle Externo do Tribunal de Contas (TCE) e fiscais do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do RN (CREA) realizaram uma inspeção no estádio Arena das Dunas, com objetivo de averiguar as condições das estruturas e manutenção do equipamento, tendo em vista a constatação de corrosão em parte do equipamento e o fim do prazo de garantia das obras, no final de janeiro. "Foi uma ação preventiva, buscando o zelo pelo patrimônio público, evitando danos futuros", explicou o diretor da Inspetoria de Controle Externo do TCE, Marcelo Queiroz.

No final do ano passado, os fiscais do CREA averiguaram que a estrutura metálica da cobertura do Arena das Dunas apresentava corrosão, assim como o sistema de combate a incêndio não estava com manutenção regular. "Em princípio, vimos que foram realizados os serviços de manutenção e reparos que se faziam necessários na parte externa, agora é preciso um laudo técnico do CREA mostrando como está a parte interna da estrutura metálica", informou Marcelo, lembrando que este tipo de fiscalização faz parte da rotina dos dois órgãos (TCE e CREA) e será realizada em outros equipamentos públicos, observando os aspectos técnicos visando sobretudo garantir a segurança da sociedade.

Além de Marcelo, participaram da fiscalização os auditores de controle externo Wladimir Souto e José Monteiro Coelho Filho. Da parte do CREA, os conselheiros Márcio Sá, da Câmara Especializada de Engenharia Mecânica e Metalúrgica; Jorian Alves de Morais, Coordenador da Câmara de Engenharia Civil; a agente de fiscalização Gislene Gouveia e o superintendente do Conselho, Claudionaldo Câmara. Ainda integraram o grupo os engenheiros do Arena das Dunas, Matheus Gurgel da Cunha e Arthur Morais, os fiscais do contrato da Secretaria Estadual de Administração e Recursos Humanos e o engenheiro Marcel Nogueira da empresa 2M Engenharia, empresa contratada pelo Governo para fiscalizar o estádio.

A fiscalização consta de várias etapas, averiguando desde a regularidade das empresas prestadoras de serviços e dos seus profissionais, até a avaliação do tipo de material utilizado e o cumprimento do projeto, como planejado. "O contrato de Parceria Público Privada firmado com a administração do Arena das Dunas dura vinte anos. Ainda temos quinze anos pela frente e é preciso garantir que o equipamento seja entregue ao Governo, depois desse prazo, da melhor forma possível", ressaltou o diretor da ICE.

APOIO NA AUDITORIA DOS PROJETOS FINANCIADOS PELO BANCO MUNDIAL

O presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN), Poti Júnior, recebeu uma comitiva do Governo do Estado que veio solicitar colaboração na auditoria dos projetos do "Governo Cidadão", programa que utiliza recursos do Banco Mundial, responsável por centenas de obras em todo o Estado. O encontro foi solicitado pelo deputado estadual Fernando Mineiro, titular da Secretaria Estadual de Gestão de Projetos e Articulação Institucional, ao presidente Poti Júnior e à conselheira Adélia Sales, relatora do projeto. "Queremos acertar, aprofundar os mecanismos existentes", justificou Mineiro.

Poti Júnior afirmou que as portas do Tribunal estão abertas para colaborar em ações que culminem com a melhoria das políticas públicas, enfatizando que um dos papéis da Corte é educativo. O TCE mantém, desde 2013, uma equipe devidamente capacitada para auditar projetos que utilizem recursos internacionais, que tem a peculiaridade de utilizar métodos contábeis padronizados pelo Banco Mundial.

No caso do Governo Cidadão, o projeto envolve recursos na ordem de 360 milhões de dólares, utilizados em obras como estradas, hospitais, escolas, entre outras. "Na Secretaria de Trabalho, Habitação e Ação Social são 420 subprojetos e na Educação 310", exemplificou o deputado.

Mineiro informou que a proposta do Governo do Estado é prorrogar por mais dois anos o projeto. "Queremos estreitar relações com o TCE, fazendo uma auditoria preventiva, ajustando as normas. Existe um controle muito grande do programa e queremos acertar", enfatizou.

Além do presidente e da conselheira do TCE, com assessores, participaram da reunião a auditora de controle externo, integrante da Copcex, Elke Andrea Silva; a gerente executiva do Programa Governo Cidadão, Ana Cristina Guedes; o secretario adjunto de Planejamento do Governo do Estado, George Câmara; e o Controlador Geral do Estado, Pedro Lopes.



Equipe do Governo, tendo a frente o secretário Fernando Mineiro, reuniu-se com técnicos do TCE em busca de orientações



OLIMPÍADAS DO TCE SERÃO REALIZADAS NO NORTE DO PAÍS



Equipes de atletas dos tribunais de contas retomam os treinamentos visando a participação na competição

As Olimpíadas dos Tribunais de Contas do Brasil (OTC) já tem data definida: será de 14 a 20 de outubro deste ano, em Manaus, na semana de aniversário de 69 anos do Tribunal de Contas do Amazonas (TCE-AM). O evento, que acontece pela primeira vez na região Norte do País, deve atrair à capital em torno de duas mil pessoas, entre servidores públicos do Brasil, da Argentina e do Paraguai, além dos respectivos acompanhantes.

Em janeiro, ao reconhecerem a importância da realização dos jogos em Manaus, o governador do Amazonas, Wilson Lima, e o prefeito de Manaus, Arthur Neto, garantiram, em reuniões com a presidente do TCE-AM, Yara Lins dos Santos, e membros da comissão organizadora da OTC Verde, que darão apoio ao evento com a cessão de espaços para a prática das modalidades, como a Arena Amadeu, Vila Olímpica, a Ponta Negra e ainda, se for necessário, de professores de educação física para dar suporte às competições.

As inscrições estão previstas para serem iniciadas a partir de 1º de março, segundo o presidente da Associação Nacional Olímpica, Recreativa, Cultural e Social dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil (Anostc), Evandro Arruda, responsável pelo evento. A OTC Verde terá diversas modalidades e categorias, entre elas o futebol society, futebol de salão, voleibol indoor, voleibol de praia, tênis de campo, tênis de mesa, corrida 5Km e 10Km, pesca esportiva, beach tênis, tiro esportivo, basquete, natação, bocha, boliche, dama, dominó, futevôlei, pebolim, poker, truco, sinuca, xadrez etc.

Segundo a vice-presidente da Anostc, Simone Barbosa, "É uma honra muito grande poder realizar as olimpíadas aqui. A empolgação dos atletas é grande. Nosso termômetro está a mil, com expectativa de público recorde", disse.

Anfitriã da competição, a conselheira Yara Lins dos Santos ressaltou que o TCE-AM e todos os seus membros terão grande satisfação em receber os atletas na OTC Verde e dar o apoio institucional necessário para a realização dos jogos. "O Tribunal de Contas do Amazonas reafirma seu compromisso com a fiscalização dos gastos públicos, mas sem esquecer do bem-estar dos servidores, motivo pelo qual apoiamos a prática de atividades desportivas entre os servidores", enfatizou.



Para ler a cartilha do projeto Rotas para Ouvir, acesse:



FALE COM A OUVIDORIA DO TCE/RN

0800-281-1935 ouvidoria@tce.rn.gov.br





TRIBUNAIS PODERÃO FISCALIZAR OBJETIVOS CURRICULARES DA EDUCAÇÃO INFANTIL



Ações dos gestores municipais na área de educação receberá atenção especial do IRB

O Comitê Técnico da Educação (CTE) do Instituto Rui Barbosa encaminhou correspondência aos Tribunais de Contas (TCs) dos Estados e dos Municípios de todo o país, propondo que acompanhem as ações dos gestores municipais para a implantação das medidas previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da Educação Infantil. A intenção é de que os TCs desenvolvam ações específicas de orientação e de controle na área.

Para o presidente do CTE, conselheiro do TCE-RS Cezar Miola, a Base traz um

conjunto de exigências que demandará adaptações ou mudanças nos currículos e nas propostas pedagógicas relativamente a essa primeira etapa da Educação Básica. "No atual PNE, a Educação Infantil é objeto da Meta 1*, que possui um compromisso sobretudo quantitativo, com objetivos ligados à oferta de vagas, em creche e na pré-escola. Agora, com a BNCC da Educação Infantil, o que se tem em mira é a dimensão qualitativa", disse.

As mudanças da BNCC devem ser adotadas até 2020. A Base é um documento de

caráter normativo que define o conjunto de aprendizagens que os estudantes devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica das escolas públicas e privadas. O documento apresenta cinco campos de experiência para reformular a organização curricular, colocando a criança no centro do processo de aprendizagem e orientando os educadores para que observem as formas particulares pelas quais bebês e crianças se apropriam do conhecimento e de novas experiências.



Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final de 2024.





ANO XXIII | Nº 119 | JANEIRO E FEVEREIRO / 2019 | NATAL/RN

É LEGAL ANTECIPAÇÃO **DE SALÁRIOS DÉ SERVIDORES**

O Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) respondeu consulta formulada pela Controladoria Geral do Estado e considerou que o pagamento fracionado dos salários dos servidores públicos é legal, desde que os valores sejam pagos durante o mês trabalhado e o pagamento seja feito de forma indistinta para todos, sem priorizar um grupo ou categoria em detrimento de outro.

Segundo o voto do conselheiro Carlos Thompson Costa Fernandes, que foi aprovado por maioria na sessão do Pleno realizada na última quinta-feira (07), "há permissivo jurídico para que as remunerações devidas aos servidores públicos estaduais sejam quitadas fracionadamente, por meio da prévia fixação de uma ou várias datas de pagamento distribuídas dentro do mesmo mês laborado".

O conselheiro entendeu, no entanto, que a antecipação só pode ser feita caso seja formalizado e divulgado previamente um cronograma de pagamentos e "sobretudo, que cada ato de pagamento salarial beneficie todos os servidores públicos da Administração Pública Direta e Indireta indistintamente, de maneira uniforme e isonômica, vedando-se a priorização casuística do pagamento em prol de um grupo ou categoria de servidores públicos de forma antecipada aos demais".

"Não consigo visualizar parâmetros objetivos balizados no princípio da isonomia, que também é garantia constitucional, para legitimar esse tratamento diferenciado entre categorias de servidores públicos. Todos os servidores públicos possuem igual importância, tanto que há a praxe de se efetuar o pagamento dos salários de todos os servidores do Poder ou Órgão autônomo no mesmo dia", aponta o voto.



Mutirão



Posse



APOIAMOS A SUSTENTABILIDADE E O CONSUMO CONSCIENTE



Gilvan e o Zandolim

Quem cruza diariamente com Gilvan Gomes Pereira, 48, ascensorista no elevador do Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte, nem imagina que ele domina um instrumento musical inusitado: o bandolim. Com jeito simples, voz baixa e timidez, características que definem bem sua personalidade, ele deixou o interior em busca de melhorias, protagonizando assim uma linda história de desafios e superação.

Ele é mais um entre tantos brasileiros que deixaram para trás a vida no campo e o trabalho como agricultor. Gilvan nasceu e cresceu no Sítio Lagoa das Maleitas, distrito rural do município de Bom Jesus/RN. Em 1995, veio para Natal, onde inicialmente morou sozinho, e rapidamente conseguiu o primeiro emprego, com o qual se sustentava.

E foi neste emprego, como auxiliar de serviços gerais no Instituto de Música Waldemar de Almeida, que ele viu surgir à chance de aprender a tocar um instrumento musical. Através de um gesto grandioso, o diretor do Instituto ofereceu-lhe a oportunidade para ele realizar o sonho de tocar. "Eu sonhava com teclado, mas no dia de fazer a matrícula, as vagas já haviam encerrado". Lembrando que foi nesse momento que o Bandolim entrou em sua vida. Um instrumento de pouca familiaridade, com oito cordas, de origem Italiana, porém muito presente em alguns ritmos da cultura brasileira, como no choro, na seresta e no samba.

A partir daí muitas transformações começaram a acontecer. Inicialmente, a timidez gerou algumas dificuldades no processo de aprendizagem, o que foi sendo superado com a ajuda de outros alunos e dos professores. Daí, com o tempo, o desenvolvimento foi acontecendo.

"Entender as partituras foi desafiador", lembra, contando que a baixa escolaridade – estudou apenas até o 6° ano, faz a diferença. Mas isso não o desmotivou e com a ajuda do professor Alexandre Moreira, que fez adaptações usando números nas partituras, aliada a sua vontade de aprender, foram essenciais para os avanços alcançados nos estudos.

Imerso em suas memórias, Gilvan relembrou momentos da sua vida que o inspiraram para o universo da musica, daí falou com orgulho do seu pai: "Ele tocava muito violão. O pessoal achava bonito. Era mais solo. Ele nunca foi a nenhum professor, a ninguém, é estranho, tocava demais, aprendeu assim por ele mesmo, e isso enchia meus olhos", relatou.

Gil, como também é conhecido no TCE, fez questão de dizer que tem prazer com a música e gosta de praticar as aulas que acontecem sempre ás quartas-feiras. "A musica é como uma terapia. Tocar um instrumento faz a gente esquecer os problemas do dia-a-dia, a mergulhar no mundo da música", ressaltou, afirmando que vai seguir em frente nos estudos, aprendendo cada vez mais sobre um instrumento que foi o divisor de águas na sua vida.

